

PROJETO DE LEI nº 780, de 1999

Dispõe sobre a divulgação de informações obtidas em virtude do exercício de cargo ou função em instituição financeira ou órgão público responsáveis pela condução da política econômica nacional.

Autor: Deputado Renato Vianna

Relator: Deputado Ibrahim Abi-Ackel

Propõe o deputado Renato Viana, no projeto de lei nº 780, de 1999, acréscimo de parágrafos ao art. 325 do Código Penal, que trata da violação de sigilo funcional, assim tipificado:

“Art. 325 – Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

A esse texto o projeto quer aduzir três parágrafos, constituindo o primeiro nova figura delitiva, caracterizada pela divulgação de fato conhecido pelo agente em virtude do exercício de cargo ou função em instituição financeira ou órgão público responsável pela condução da política econômica nacional. A pena prevista é a de dois a cinco anos de detenção. Os dois últimos parágrafos tratam do aumento da pena de um terço até a metade se as informações forem prestadas em troca de favorecimento ou benefício próprio ou de terceiros, bem como de inabilitação para o exercício de cargo ou função pública pelo período de dez anos.

Creio que, a despeito de bem elaborada, a proposta de tipificação contida na § 1º não se contém na esfera do art. 325, exigindo lei extravagante ou artigo autônomo do Código Penal, no mesmo título Dos Crimes contra a Administração Pública. Entende-se o parágrafo como parte ou desdobramento do *caput*, sujeitos ambos a estreita vinculação. A definição de nova conduta criminosa, ainda que afim, demanda disposição própria, cumprindo salientar que no caso vertente há considerável distância no que diz respeito à fixação das penas, por cuidarem os parágrafos propostos de delito muito mais grave que o descrito no *caput* do artigo.

Embora constitucional e jurídico o projeto, o parecer é no sentido da rejeição, pelo problema concernente à técnica legislativa. Também quanto ao mérito o parecer é pela rejeição.

Sala das Sessões, 08 de agosto de 2001.

Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL
Relator